



294

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0335957-9

APELANTES: José Henrique Neto e Outros

APELADO: Estado de Pernambuco

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

EMENTA: ADMINISTRATIVO. POLICIAIS MILITARES. SOLDOS INFERIORES AO VENCIMENTO BÁSICO DE REFERÊNCIA (VBR). INFRINGÊNCIA AOS ARTIGOS 11 E 12 DA LEI Nº 11.216/95. LCE Nº 32/01. NOVO REGIME REMUNERATÓRIO. DIFERENÇAS REMUNERATÓRIAS DO PERÍODO DE MAIO DE 1995 A MARÇO DE 2001. AÇÃO AJUIZADA EM 2009. PRESCRIÇÃO QUINQUÊNAL. APELO IMPROVIDO. 1. De prêmio, deferiu-se o pedido de assistência judiciária gratuita formulado pelos autores/apelantes, nos termos do art. 2º, parágrafo único, da Lei nº 1.060/50. 2. Mérito: sustentam os autores/apelantes, em suma, que, por força da não-aplicação, ao longo do tempo, a título de *soldo*, do VBR de R\$ 130,00 (cento e trinta reais) previsto nos artigos 11 e 12 da Lei nº 11.216/95, as suas respectivas remunerações (considerado o soldo e as vantagens incidentes sobre o soldo estipulados conforme a tabela de escalonamento vertical prevista na Lei nº 10.426/90 e LCE nº 16/95) estariam sendo calculadas e pagas *a menor*. 3. A partir dessa linha de raciocínio, pretendem os autores/apelantes sustentar que as suas remunerações *sofrieram o efeito reflexo da não aplicação do VBR de R\$ 130,00*, mesmo após a edição da Lei Complementar Estadual nº 32/2001. 4. Todavia, de acordo com o art. 2º da LC nº 32/2001, os *soldos* de todas as patentes policiais militares foram fixados em *valores nominais*, não mais havendo que se cogitar, portanto, dali por diante, de aplicação de *tabelas de escalonamento vertical*, seja em caráter *descendente* (a partir do soldo de Coronel), seja em caráter *ascendente* (a partir do valor do VBR). 5. Assim, com o advento da LCE nº 32/2001, restou estabelecida nova fórmula de cálculo da remuneração dos policiais militares do Estado - fixando em valor nominal o soldo de todas as patentes (art. 2º, *caput*) e vedando a vinculação de quaisquer vantagens ao soldo. 6. Via de consequência, os efeitos jurídicos da Lei nº 11.216/95, no tocante à aplicação do valor do VBR como "pisso" de soldo (para fins de apuração de eventuais diferenças de remuneração pagas a menor a policiais militares), *têm como limite temporal a edição daquele diploma legal* (a LCE 32/2001). 7. Logo, as diferenças pagas a menor em razão da não-aplicação da Lei Estadual nº 11.216/95 estão compreendidas no período de *maio de 1995 a março de 2001*, eis que, a partir desta última data, os soldos dos militares passaram a corresponder a valores bem superiores ao VBR. 8. Sucede que, no que diz respeito às diferenças remuneratórias alusivas a esse período (maio de 1995 a março de 2001), é de rigor reconhecer a incidência da prescrição quinquenal, com esteio no art. 1º do Decreto nº 20.910/32, visto que a ação em tela foi proposta em *agosto de 2009* (fls. 02). 9. Por outro lado, uma vez que os soldos militares foram fixados, em valores nominais, pela LCE nº 32/2001 (todos em montante superior aos R\$ 130,00 a que se referia a Lei nº 11.216/95), exsurge *clara a improcedência do pedido* relativo a supostas diferenças remuneratórias devidas *dali por diante* - isso por força da consagrada *inexistência de direito à manutenção de regime jurídico ou à forma de cálculo de vantagens remuneratórias*. 10. Apelação cível improvida, à unanimidade.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

295

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos da Apelação Cível nº 0335957-9, acima referenciado, acordam os Desembargadores integrantes da 2ª Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, à unanimidade, em negar provimento à apelação cível, nos termos dos votos do Relator, que integra o acórdão.

Recife, 18 de julho de 2014 (data do julgamento).


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0335957-9
APELANTES: José Henrique Neto e Outros
APELADO: Estado de Pernambuco
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

RELATÓRIO

Trata-se de **apelação cível** interposta em face de sentença (fls. 214/216) que julgou improcedente a ação ordinária proposta por José Henrique Neto e Outros contra o Estado de Pernambuco, objetivando a correção do soldo pago aos militares (a partir de 1º de maio de 1995) *em função do valor estipulado* para o Vencimento Básico de Referência - VBR, instituído pela Lei Estadual nº 11.216/95.

Aduziram os autores, que, por força da não-aplicação, ao longo do tempo, a título de *soldo*, do VBR de R\$ 130,00 (cento e trinta reais) previsto nos artigos 11 e 12 da Lei nº 11.216/95, as suas respectivas remunerações (considerado o soldo e as vantagens incidentes sobre o soldo estipulados conforme as tabela de escalonamento vertical previstas na Lei nº 10.426/90 e LCE nº 13/95) estariam sendo calculadas e pagas *a menor*.

A sentença *a quo* julgou prescritas as verbas compreendidas no período de maio de 1995 a março de 2001, com fulcro no art. 1º do Decreto nº 20.910/32, e julgou improcedente o pedido relativo às parcelas posteriores à edição da LC nº 32/2001, que passou a fixar para os soldos valores superiores aos R\$ 130,00 (cento e trinta reais) reclamados pelos autores na inicial.

Irresignados, os autores/apelantes interpuseram as suas razões de apelação (fls. 233/245), sustentando, em suma, que a relação jurídica de fundo é de trato sucessivo, pelo que somente prescrevem as prestações vencidas antes do quinquênio anterior à propositura da ação, e que a não-aplicação do VBR provocaria distorções na remuneração da categoria até hoje, tendo em vista que o soldo pago em valor inferior ao devido serviu de base de cálculo para o pagamento de gratificações e melhorias posteriores a menor.

Em contra-razões de fls. 251/270, o Estado averbou, em preliminar, a sua ilegitimidade passiva *ad causam* e a prescrição do fundo de direito; no mérito, que a sistemática do escalonamento vertical decrescente não foi revogada com a edição da Lei nº 11.216/95, e que a pretensão da parte demandante encontra óbice na Súmula nº 339 do STF.

A douta Procuradoria de Justiça deixou de emitir parecer de mérito às fls. 285/287.

É o relatório no essencial. Inclua-se em pauta, para julgamento oportuno.

Recife, 30 de maio de 2014.

Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

296

APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0335957-9
APELANTES: José Henrique Neto e Outros
APELADO: Estado de Pernambuco
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

VOTO

De início, tenho por insubsistente a arguição de ilegitimidade passiva do Estado de Pernambuco, eis que o mesmo é solidariamente responsável pelo pagamento dos benefícios previdenciários, nos termos dos artigos 1º, *caput*, e 94, ambos da LCE nº 28/2000, *in verbis*:

“Art. 1º Ficam criados o Sistema de Previdência Social dos Servidores do Estado de Pernambuco e a FUNDAÇÃO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES DOS SERVIDORES DO ESTADO DE PERNAMBUCO - FUNAPE.

(...)

Art. 94. O Estado é solidariamente responsável, para com a FUNAPE e para com os Fundos criados por esta Lei Complementar, conforme o caso, pelo pagamento dos benefícios previdenciários, a que fizerem jus os segurados, na forma prevista nesta Lei Complementar.

§ 1º A solidariedade de que trata o *caput* deste artigo compreende, inclusive a complementação dos benefícios previdenciários de responsabilidade do FUNAPREV a que fizerem jus os segurados vinculados àquele Fundo, se vierem a ser insuficientes os resultados do regime financeiro adotado por ele.

§ 2º O Estado e a FUNAPE ficam autorizados a contrair resseguro para assegurar o cumprimento das suas obrigações, sem prejuízo da sua responsabilidade.”

Afasto, pois, a preliminar de ilegitimidade passiva *ad causam* do Estado, e passo ao exame de mérito do presente recurso.

Principiando a análise da matéria de fundo, tenho que é antiga nesta Corte a discussão relativa à interpretação do sentido e do alcance das disposições atinentes ao *Valor Básico de Referência (VBR)* instituído pela Lei Estadual nº 11.216/95.

No âmbito de julgamentos levados a efeito no âmbito dos Grupos de Câmara, filiei-me, de início, como voto-vogal, à corrente minoritária segundo a qual, diante da aparente contradição existente entre (i) o disposto no artigo 12 da Lei Estadual nº 11.216/95 (que fixou o VBR em R\$ 130,00) e (ii) a disciplina constante do art. 6º da Lei Estadual nº 10.426/90 (que estabelecia o soldo do posto de Coronel como *base* para aplicação regressiva da tabela de escalonamento vertical, remuneratório, dos policiais militares), em combinação com o art. 17 da Lei Estadual nº 11.216/95, que fixou o soldo do Coronel PM em R\$ 262,21 (pelo que, se aplicado o escalonamento vertical, o soldado de 3ª classe teria o soldo de R\$ 74,21), haveria que prevalecer a regra do escalonamento vertical tradicional, sob pena de se produzirem severas distorções na estrutura remuneratória dos PMs.





297

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Todavia, o exame de feitos similares distribuídos à minha relatoria na antiga 8ª Câmara Cível (atual 2ª Câmara de Direito Público) compeliu-me a reapreciar a matéria.

Nesta segunda análise, convenci-me de que muito embora a fixação do soldo mínimo em R\$ 130,00 (em aplicação literal do art. 12 da Lei nº 11.216/95) de fato implicasse, concretamente, em *grave distorção* na estrutura remuneratória (à época) dos PMs - posto que, assim, restariam com *remuneração idêntica* todas as patentes com soldo inferior a R\$ 130,00, com o conseqüente *afastamento parcial* da tabela de escalonamento vertical para os postos de soldado, cabo e 3º sargento - essa *distorção* consubstanciava problema mais de natureza *político-administrativa* do que *jurídica*.

Isso porque, em perspectiva estritamente jurídica, é fora de dúvida que o art. 12 da Lei nº 11.216/95 claramente estipulou que "*a partir de 1º de maio de 1995, o valor do Vencimento Básico de Referência é fixado em R\$ 130,00 (centro e trinta reais)*", devendo ser este o piso do soldo dos policiais militares, por força da dicção, também expressa, do art. 11 daquele mesmo diploma legal, *in litteris*:

"Art. 11. O Estado adotará, para fins de determinação de limites e estabelecimento de faixas de remuneração, o Vencimento Básico de Referência - VRB, correspondente ao valor do menor vencimento, soldo ou salário básico atribuído a cargos ou empregos dos quadros de pessoal da administração direta, das autarquias e das fundações".

Diante da literalidade desses dispositivos, impunha-se atribuir o efeito que é próprio dos seus comandos normativos, ainda que esse efeito implicasse em *deformar* a estrutura remuneratória tradicionalmente adotada para os PMs, com base no cálculo regressivo a partir do soldo da patente de Coronel, nos termos da Lei Estadual nº 10.426/90.

Pois bem.

A partir dessa linha de raciocínio, pretendem os autores/apelantes sustentar que as suas remunerações *sofreriam o efeito reflexo da não aplicação do VBR de R\$ 130,00*, mesmo após a edição da Lei Complementar Estadual nº 32/2001.

Todavia, de acordo com o art. 2º da Lei Complementar nº 32, de 28 de abril de 2001, os *soldos* de todas as patentes policiais militares foram fixados em *valores nominais*, não mais havendo que se cogitar, portanto, dali por diante, de aplicação de *tabelas de escalonamento vertical*, seja em caráter *descendente* (a partir do soldo de Coronel), seja em caráter *ascendente* (a partir do valor do VBR).

Eis o teor daquele dispositivo legal:

Art. 2º - O soldo e as gratificações de moradia, de capacitação profissional, de exercício, de incentivo, de representação de nível hierárquico e de representação de posto, observada a vedação do artigo anterior, passam a corresponder aos valores nominais fixados pelo Anexo I desta Lei Complementar a partir do mês de abril de 2001, e aos valores nominais fixados pelo Anexo II desta Lei Complementar a partir do mês de julho de 2001.



298

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Assim, com o advento da LCE nº 32/2001, restou estabelecida nova fórmula de cálculo da remuneração dos policiais militares do Estado - fixando em valor nominal o soldo de todas as patentes (art. 2º, *caput*) e vedando a vinculação de quaisquer vantagens ao soldo.

Via de consequência, os efeitos jurídicos da Lei nº 11.216/95, no tocante à aplicação do valor do VBR como "piso" de soldo (para fins de apuração de eventuais diferenças de remuneração pagas a menor a policiais militares), *têm como limite temporal a edição daquele diploma legal* (a LCE 32/2001).

Logo, as diferenças pagas a menor em razão da não-aplicação da Lei Estadual nº 11.216/95 estão compreendidas no período de *maio de 1995 a março de 2001, eis que, a partir desta última data, os soldos dos militares passaram a corresponder a valores bem superiores ao VBR.*

Sucedee que, no que diz respeito às diferenças remuneratórias alusivas a esse período (maio de 1995 a março de 2001), é de rigor reconhecer a incidência da prescrição quinquenal, com esteio no art. 1º do Decreto nº 20.910/32, visto que a ação em tela foi proposta em *agosto de 2009 (fls. 02).*

De outra parte, uma vez que os soldos militares foram fixados, em valores nominais, pela LCE nº 32/2001 (repita-se que todos em montante superior aos R\$ 130,00 a que se referia a Lei nº 11.216/95), exsurge *clara a improcedência do pedido* relativo a supostas diferenças remuneratórias devidas *dali por diante* - isso por força da consagrada **inexistência de direito adquirido à manutenção de regime jurídico ou à forma de cálculo de vantagens remuneratórias.**

Diante do exposto, impõe-se reconhecer a *prescrição* das diferenças de remuneração concernentes ao período antecedente à LCE nº 32/2001, e a *improcedência do pedido* em relação às parcelas posteriores àquele diploma legal, com o consequente **improvemento do apelo.**

É o voto.

Recife, 18 de ~~Março~~ de 2014.


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator